



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

ANA MARIA SESPEDES PESSOA LEIGUE
ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

COSTA MARQUES/RO
2025

ANA MARIA SESPEDES PESSOA LEIGUE
ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Artigo Científico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação da professora Me. Marialva de Souza Silva e Coorientação do Me. Uelinton Aires Duarte.

COSTA MARQUES/RO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Leigue, Ana Maria Sespedes Pessoa.
Políticas públicas de inclusão na Educação a Distância / Ana Maria
Sespedes Pessoa Leigue, Arnaldo Ferreira dos Santos, Costa Marques-RO,
2025.
22 f.

Orientador(a): Me. Marialva de Souza Silva.
Coorientador(a): Me. Uelinton Aires Duarte.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO, Costa Marques-RO, 2025.

1. Educação a Distância. 2. Inclusão. 3. Políticas Públicas. 4. Tecnologias
Educativas. 5. Democratização do Ensino. I. Santos, Arnaldo Ferreira dos.
II. Silva, Marialva de Souza (orient.). III. Duarte, Uelinton Aires (coorient.).
IV. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
V. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)



Políticas públicas de inclusão na educação à distância

Public policies for inclusion in distance learning

Políticas públicas para la inclusión en la educación a distancia

DOI: 10.55905/oelv23n4-144

Receipt of originals: 3/21/2025

Acceptance for publication: 4/11/2025

Ana Maria Sespedes Pessoa Leigue

Graduanda em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Rondônia

Endereço: Costa Marques, Rondônia, Brasil

E-mail: analeigue38@gmail.com

Arnaldo Ferreira Dos Santos

Graduando em Gestão Pública

Instituição: Instituto Federal de Rondônia

Endereço: Costa Marques, Rondônia, Brasil

E-mail: arnaldoferreiradossantos@hotmail.com

Marialva de Souza Silva

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: professoramarialva2018@gmail.com

Uelinton Aires Duarte

Mestrando em Educação

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: uelintonairesx@gmail.com

RESUMO

A educação a distância (EaD) no Brasil tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para democratizar o acesso à educação, especialmente em contextos de desigualdade social e geográfica. As políticas públicas voltadas para a inclusão na EaD têm promovido ações como a ampliação da conectividade, o desenvolvimento de tecnologias educacionais e a capacitação docente, permitindo alcançar estudantes em regiões remotas e com necessidades específicas. Contudo, desafios como a infraestrutura tecnológica, a exclusão digital e a necessidade de continuidade administrativa ainda limitam o pleno potencial dessas iniciativas. A integração de esforços entre governos,



instituições e sociedade é essencial para consolidar uma educação inclusiva e de qualidade por meio da EaD. Este estudo investiga o papel das políticas públicas na promoção da inclusão na educação a distância no Brasil, com ênfase nos marcos regulatórios, programas governamentais e iniciativas voltadas à redução das desigualdades de acesso e permanência. Para isso, adotou-se uma abordagem baseada na revisão da literatura, buscando compreender como essas políticas contribuem para a democratização do ensino a distância.

Palavras-chave: Educação a Distância, Inclusão, Políticas Públicas, Tecnologias Educacionais, Democratização do Ensino.

ABSTRACT

Distance education (DE) in Brazil has been consolidated as a strategic tool for democratizing access to education, especially in contexts of social and geographic inequality. Public policies aimed at inclusion in DE have promoted actions such as expanding connectivity, developing educational technologies, and training teachers, allowing students in remote regions with specific needs to be reached. However, challenges such as technological infrastructure, digital exclusion, and the need for administrative continuity still limit the full potential of these initiatives. The integration of efforts between governments, institutions, and society is essential to consolidate inclusive and quality education through DE. This study investigates the role of public policies in promoting inclusion in distance education in Brazil, with an emphasis on regulatory frameworks, government programs, and initiatives aimed at reducing inequalities in access and retention. To this end, an approach based on a literature review was adopted, seeking to understand how these policies contribute to the democratization of distance education.

Keywords: Distance Education, Inclusion, Public Policies, Educational Technologies, Democratization of Education.

RESUMEN

La educación a distancia (EaD) en Brasil se ha consolidado como una herramienta estratégica para democratizar el acceso a la educación, especialmente en contextos de desigualdad social y geográfica. Las políticas públicas orientadas a la inclusión en la educación a distancia han impulsado acciones como la ampliación de la conectividad, el desarrollo de tecnologías educativas y la formación docente, permitiendo llegar a estudiantes de regiones remotas con necesidades específicas. Sin embargo, desafíos como la infraestructura tecnológica, la exclusión digital y la necesidad de continuidad administrativa aún limitan el potencial total de estas iniciativas. La integración de esfuerzos entre gobiernos, instituciones y sociedad es fundamental para consolidar una educación inclusiva y de calidad a través de la educación a distancia. Este estudio investiga el papel de las políticas públicas en la promoción de la inclusión en la educación a distancia en Brasil, con énfasis en los marcos regulatorios, programas gubernamentales e iniciativas destinadas a reducir las desigualdades en el acceso y la permanencia. Para ello, se adoptó un enfoque basado en una revisión de la

literatura, buscando comprender cómo estas políticas contribuyen a la democratización de la educación a distancia.

Palabras clave: Educación a Distancia, Inclusión, Políticas Públicas, Tecnologías Educativas, Democratización de la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade de ensino essencial para promover o acesso ao conhecimento em diferentes contextos, especialmente em regiões onde a educação presencial enfrenta desafios logísticos e estruturais. No entanto, para que a EaD seja verdadeiramente inclusiva e democrática, é necessário que políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma a garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, físicas ou geográficas.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente na regulamentação e expansão da EaD, acompanhando o progresso tecnológico e a crescente demanda por formação continuada dentro desse contexto educação. No entanto, persistem desafios relacionados à inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, populações de baixa renda, e comunidades localizadas em áreas remotas, que enfrentam barreiras no acesso à infraestrutura digital e à conectividade. Nesse contexto, políticas públicas de inclusão têm um papel estratégico ao buscar reduzir essas desigualdades e assegurar que a EaD atenda ao princípio da universalidade do direito à educação.

Desse modo, este trabalho analisa como as políticas públicas têm contribuído para a inclusão na educação a distância no Brasil, com foco nos marcos regulatórios, programas governamentais e iniciativas voltadas para a redução das desigualdades de acesso e permanência. A partir dessa análise, busca-se compreender os avanços obtidos e os desafios que ainda persistem, bem como propor reflexões e estratégias para aprimorar a inclusão no contexto da EaD. Assim, o estudo contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas e a promoção de uma educação mais equitativa e acessível para



todos.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo baseou-se em uma revisão da literatura com o objetivo de compreender as políticas públicas de inclusão na educação a distância e seus impactos na democratização do acesso à educação. A revisão foi conduzida a partir da seleção de artigos científicos, livros, teses e documentos oficiais, priorizando fontes que abordassem o tema em âmbito nacional e internacional. A pesquisa utilizou bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico e periódicos especializados, para identificar publicações relevantes que oferecessem subsídios teóricos e empíricos ao estudo.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que consideraram textos publicados nos últimos dez anos, com foco em estudos que discutissem a relação entre políticas públicas e inclusão no contexto da educação a distância. Além disso, documentos legais e normativos, como leis, decretos e diretrizes elaborados por órgãos governamentais, foram analisados para compreender o panorama legislativo e as iniciativas implementadas no Brasil. A abordagem utilizada foi predominantemente qualitativa, visando explorar e interpretar os dados de maneira aprofundada, com base em categorias temáticas definidas a partir das questões de pesquisa.

O processo de análise consistiu na leitura crítica dos materiais selecionados, buscando identificar os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as lacunas existentes na implementação das políticas públicas voltadas à inclusão na educação a distância. Os dados extraídos foram organizados e sistematizados de forma a permitir a construção de uma narrativa coerente, articulando os aspectos teóricos e práticos do tema em questão. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma reflexão abrangente sobre as estratégias e os resultados das políticas públicas no campo da educação a distância, contribuindo para o debate e para a formulação de propostas mais inclusivas.

3 TEORIAS CONSTRUTIVISTA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As teorias construtivistas desempenham um papel fundamental na educação a distância ao enfatizarem a importância do aprendizado ativo e da construção de conhecimento pelos próprios alunos, em interação com seus contextos e experiências. no âmbito da ead, o construtivismo oferece uma abordagem centrada no aluno, promovendo a autonomia, a colaboração e a reflexão crítica, elementos que se alinham aos princípios da inclusão educacional e das políticas públicas que visam democratizar o acesso à educação.

Segundo almeida (2021), a integração das tecnologias da informação e comunicação (tic) no processo de ensino-aprendizagem, fundamentada em pressupostos construtivistas, possibilita a criação de ambientes interativos e significativos. esses ambientes estimulam os alunos a participarem ativamente da construção de seu conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de competências necessárias para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. nesse sentido, o papel do professor na ead é transformado, passando de transmissor de conhecimento a facilitador do aprendizado, o que exige formação adequada para o uso pedagógico das tic, como apontado por silva e behrens (2023).

Além disso, as políticas públicas educacionais têm buscado incorporar princípios construtivistas em programas voltados para a formação de professores e a inclusão digital. por exemplo, machado, noble e bezerra (2017) destacam iniciativas como o proinfo, que promoveram a capacitação docente para a utilização de tecnologias educacionais em consonância com práticas pedagógicas construtivistas. essas ações reforçam a relevância do alinhamento entre as teorias pedagógicas e as estratégias de inclusão digital, especialmente em um contexto onde a educação a distância é vista como uma ferramenta para ampliar a equidade e a acessibilidade no ensino (mello et al., 2022).

Nesse contexto, bersch (2022) argumenta que a inclusão digital, apoiada por políticas públicas de formação, é essencial para garantir que os alunos possam participar ativamente dos processos educacionais mediados pela tecnologia. essa perspectiva dialoga com o construtivismo, que entende o aprendizado como um processo dinâmico e

interativo, no qual os estudantes são encorajados a explorar, questionar e aplicar o conhecimento em situações práticas. assim, a inclusão digital torna-se um meio de viabilizar a construção de conhecimento em ambientes virtuais de aprendizagem.

Por fim, França, Costa e Santos (2019) ressaltam que as teorias construtivistas, quando aplicadas no contexto da educação a distância, têm o potencial de transformar as práticas educacionais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. no entanto, eles também alertam para os desafios relacionados à implementação de políticas públicas eficazes que garantam a infraestrutura tecnológica e a formação docente necessárias para o sucesso dessas iniciativas. portanto, é essencial que os princípios construtivistas continuem a orientar tanto as práticas pedagógicas quanto a formulação de políticas públicas, de forma a assegurar uma educação a distância inclusiva e de qualidade.

4 TRANSFORMAÇÕES NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EaD) passou por profundas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, pelas mudanças nas demandas educacionais e pela formulação de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso ao ensino. Inicialmente caracterizada por materiais impressos e comunicação limitada, a EaD evoluiu para ambientes virtuais interativos que integram múltiplas ferramentas tecnológicas, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem. Essa transição foi marcada por esforços institucionais e governamentais que buscaram alinhar a modalidade às necessidades contemporâneas da sociedade.

Conforme Almeida (2021), a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na EaD revolucionou a forma como o conhecimento é transmitido e construído, promovendo maior flexibilidade e acessibilidade para estudantes de diferentes contextos. Ferramentas como plataformas virtuais, aplicativos educacionais e recursos multimídia permitem a personalização do aprendizado, atendendo a diversas necessidades e estilos de aprendizagem. Esse avanço foi fundamental para ampliar a abrangência da EaD, sobretudo em regiões remotas ou com infraestrutura educacional limitada.



As políticas públicas desempenharam um papel crucial nesse processo de transformação. De acordo com Braga e Pereira (2020), programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e iniciativas de inclusão digital foram implementados para reduzir as desigualdades educacionais e fomentar a formação continuada de professores. Essas ações reforçam o compromisso do Estado com a equidade e a qualidade no ensino, além de promoverem a capacitação docente para o uso pedagógico das TIC, aspecto destacado por Silva e Behrens (2023) como essencial para a efetividade da EaD.

Outro marco significativo nas transformações da modalidade de EaD foi o período da pandemia de Covid-19, que evidenciou tanto a importância quanto as limitações dessa modalidade. Segundo Moreira, Godoy e Silva (2024), o ensino remoto emergencial revelou a necessidade de maior investimento em infraestrutura tecnológica e formação docente, ao mesmo tempo que ressaltou a relevância da EaD como alternativa viável para a continuidade do processo educacional em cenários de crise. Essa experiência acelerou a adoção de tecnologias inovadoras e ampliou o debate sobre a inclusão digital no contexto educacional.

Além disso, as transformações na EaD refletem mudanças nos paradigmas pedagógicos, com a adoção crescente de abordagens construtivistas e metodologias ativas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Bersch (2022) destaca que essas mudanças têm promovido uma educação mais dinâmica e interativa, favorecendo o desenvolvimento de competências essenciais para a sociedade contemporânea. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados à garantia de acesso equitativo, à qualidade dos cursos e à sustentabilidade das iniciativas públicas e privadas no setor.

Portanto, as transformações na modalidade de educação a distância representam um movimento contínuo de adaptação às demandas sociais, econômicas e tecnológicas. A integração de políticas públicas eficazes, a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e o fortalecimento da infraestrutura tecnológica são elementos fundamentais para assegurar o papel da EaD como ferramenta de inclusão e democratização da educação no século XXI.

5 CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS DE ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Os modelos de ensino presencial e a distância (EaD) possuem características próprias que refletem suas metodologias, objetivos e recursos disponíveis. Enquanto o ensino presencial é historicamente associado à interação física e ao ambiente escolar tradicional, a educação a distância destaca-se pela flexibilidade e pela utilização de tecnologias para superar barreiras geográficas e temporais. A análise comparativa desses modelos revela suas singularidades e como cada um atende a diferentes demandas educacionais.

O ensino presencial é caracterizado pela interação face a face entre professores e alunos, que ocorre em espaços físicos predefinidos, como salas de aula. Segundo Braga e Pereira (2020), essa modalidade favorece o desenvolvimento de relações interpessoais e a criação de uma comunidade de aprendizado, aspectos que fortalecem a coesão entre os participantes. Além disso, o ambiente presencial permite o acompanhamento direto do desempenho dos estudantes, facilitando intervenções imediatas e personalizadas por parte dos docentes.

Por outro lado, o modelo de educação a distância é fundamentado na flexibilidade, possibilitando que os estudantes organizem seus horários e locais de estudo de acordo com suas necessidades individuais. De acordo com Almeida (2021), a EaD utiliza amplamente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), oferecendo ambientes virtuais de aprendizagem que incluem fóruns, videoconferências, materiais interativos e acesso a bibliotecas digitais. Essa modalidade é especialmente eficaz para atender alunos que enfrentam limitações de deslocamento ou que necessitam de maior autonomia no processo educativo.

Além disso, a EaD destaca-se pela democratização do acesso ao ensino, uma vez que permite alcançar populações em regiões remotas ou em situações de vulnerabilidade social. Conforme apontado por Mello *et al.* (2022), políticas públicas voltadas à inclusão digital e à formação docente para o uso das TIC têm sido essenciais para ampliar a abrangência e a qualidade dessa modalidade. Contudo, desafios como a exclusão digital

e a necessidade de maior engajamento por parte dos estudantes ainda representam barreiras significativas.

Outra diferença marcante entre os modelos é a forma de interação entre os participantes. No ensino presencial, a interação é direta e ocorre em tempo real, enquanto na EaD ela pode ser síncrona ou assíncrona, dependendo das ferramentas utilizadas. Bersch (2022) enfatiza que a interação na EaD, embora mediada por tecnologias, pode ser igualmente rica e colaborativa quando bem estruturada, possibilitando trocas significativas entre alunos e professores.

Por fim, enquanto o ensino presencial requer uma infraestrutura física robusta, a EaD demanda investimentos em tecnologia e conectividade. Segundo Moreira, Godoy e Silva (2024), a pandemia de Covid-19 evidenciou a importância da infraestrutura tecnológica para a continuidade do ensino, destacando tanto as potencialidades quanto as limitações da modalidade a distância.

Portanto, os modelos de ensino presencial e a distância apresentam características complementares que os tornam adequados para diferentes contextos e públicos. A escolha entre um modelo e outro deve considerar as necessidades dos estudantes, os objetivos educacionais e os recursos disponíveis, de forma a maximizar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

6 NOÇÕES GERAIS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

As políticas públicas de educação no Brasil desempenham um papel central na promoção do desenvolvimento social e econômico, buscando garantir o acesso à educação de qualidade e reduzir as desigualdades historicamente presentes no país. Desde a Constituição Federal de 1988, que consolidou a educação como um direito fundamental e dever do Estado, diversas iniciativas foram implementadas para ampliar a universalização do ensino, combater a evasão escolar e assegurar melhores condições de aprendizagem.

Um marco importante no panorama educacional brasileiro foi o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no período de dez anos. Segundo Braga e Pereira (2020), o PNE constitui uma ferramenta essencial para nortear as ações de diferentes esferas governamentais, integrando esforços para promover a equidade, melhorar os índices de alfabetização e expandir a oferta de ensino superior e técnico-profissionalizante. Contudo, o cumprimento das metas estabelecidas enfrenta desafios relacionados ao financiamento, à gestão e à formação docente.

No campo da educação básica, programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) têm sido fundamentais para a redistribuição de recursos e o fortalecimento da equidade entre redes de ensino. Almeida (2021) destaca que o Fundeb contribuiu para reduzir disparidades regionais no acesso e na qualidade da educação, especialmente em municípios com menor capacidade de arrecadação. Entretanto, para que essas políticas sejam plenamente eficazes, é necessário garantir sua sustentabilidade financeira e sua adaptação às demandas locais.

Outro destaque no cenário brasileiro é a Educação a Distância, que ganhou relevância tanto no ensino superior quanto na formação continuada de professores. Políticas como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) foram estruturadas para atender às necessidades de capacitação docente, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (Mello et al., 2022). Essas iniciativas mostram o potencial das políticas públicas em integrar inovação tecnológica e inclusão educacional.

Além disso, a implementação de programas voltados à inclusão digital tem sido uma prioridade nas políticas públicas educacionais, especialmente em um contexto de crescente dependência das tecnologias no ensino. Conforme apontado por Bersch (2022), iniciativas como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e o Programa Banda Larga nas Escolas têm buscado fornecer infraestrutura tecnológica e conectividade às escolas públicas, possibilitando o uso pedagógico das TIC e a inserção dos estudantes na sociedade digital.

Apesar dos avanços alcançados, persistem desafios estruturais que comprometem a efetividade das políticas públicas de educação no Brasil, nesse sentido França, Costa e Santos (2019) alertam para a necessidade de maior articulação entre as diferentes esferas de governo, além de um monitoramento mais rigoroso das ações implementadas. A falta de continuidade em algumas políticas, devido a mudanças administrativas, também representa um obstáculo significativo para a consolidação de avanços no setor educacional.

Em síntese, as políticas públicas de educação no Brasil têm sido essenciais para promover a inclusão, a equidade e a qualidade do ensino. Contudo, para alcançar resultados mais expressivos, é fundamental superar os desafios estruturais e fortalecer o compromisso político e social com a educação como prioridade nacional.

7 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

A construção de políticas públicas em educação no Brasil reflete os esforços do Estado em assegurar o direito à educação como previsto na Constituição Federal de 1988. Este processo é influenciado por fatores sociais, econômicos e políticos que moldam as prioridades e estratégias adotadas para promover a equidade, a qualidade e a universalização do ensino em todas as etapas e modalidades. A complexidade do sistema educacional brasileiro exige articulação entre diferentes esferas governamentais e a participação de diversos atores sociais na formulação e implementação dessas políticas.

Historicamente, a construção de políticas públicas educacionais no Brasil foi marcada por avanços e retrocessos. Durante o século XX, destacaram-se ações como a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as reformas educacionais que buscaram modernizar o sistema de ensino. Braga e Pereira (2020) apontam que a centralização de recursos e a definição de metas nacionais têm sido estratégias cruciais para reduzir desigualdades regionais e melhorar os indicadores educacionais. No entanto, os desafios relacionados ao financiamento e à gestão descentralizada permanecem uma constante.



Um marco fundamental no planejamento educacional foi a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes e metas para o setor. Almeida (2021) destaca que o PNE funciona como um instrumento estratégico para orientar ações e políticas em níveis federal, estadual e municipal, abrangendo aspectos como a universalização do ensino fundamental, a ampliação do acesso à educação infantil e ao ensino médio, e a valorização dos profissionais da educação. A construção do PNE envolveu ampla participação da sociedade civil, evidenciando a importância do diálogo e da colaboração intersetorial.

No campo da educação inclusiva, políticas públicas como o Programa Escola Acessível e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) foram implementadas para garantir acesso à educação de qualidade para pessoas com deficiência e para promover a inclusão digital. Segundo Bersch (2022), essas iniciativas exemplificam como a integração de tecnologia e acessibilidade pode ampliar as oportunidades educacionais, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

Entretanto, a construção de políticas públicas enfrenta desafios significativos, incluindo a descontinuidade administrativa e a ausência de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação. França, Costa e Santos (2019) ressaltam que, para que as políticas educacionais alcancem resultados mais consistentes, é necessário fortalecer a articulação entre os entes federativos e garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente.

Outro aspecto importante na construção dessas políticas é o papel da educação a distância (EaD), que tem sido reconhecida como uma ferramenta estratégica para democratizar o acesso ao ensino. A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o fortalecimento de programas de formação docente a distância são exemplos de políticas que buscam responder às demandas educacionais em um país de dimensões continentais e profundas desigualdades regionais (Mello et al., 2022).

Em síntese, a construção de políticas públicas em educação no Brasil é um processo dinâmico e multidimensional, que requer a integração de diferentes perspectivas e a colaboração entre os diversos setores da sociedade. Apesar dos avanços obtidos, a superação dos desafios estruturais e a garantia de continuidade e eficiência nas ações

implementadas são essenciais para consolidar uma educação mais inclusiva e equitativa no país.

8 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EaD) no Brasil é fundamentada em um conjunto de bases legais que regulamentam sua implementação, promovem sua expansão e asseguram sua qualidade. Essas legislações foram desenvolvidas para atender às demandas educacionais de um país com grande diversidade geográfica e social, possibilitando a democratização do acesso ao ensino e a inclusão de diferentes públicos no processo educativo.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, reconhecendo a necessidade de criar políticas que garantam esse direito em todas as modalidades e níveis de ensino. A EaD foi formalmente incorporada ao arcabouço jurídico brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Segundo Almeida (2021), a LDB introduziu diretrizes para o uso de métodos e tecnologias educacionais que favorecem a educação a distância, especialmente em situações em que a modalidade presencial enfrenta limitações.

A regulamentação específica da EaD foi consolidada pelo Decreto nº 5.622/2005, que estabeleceu critérios para credenciamento de instituições, autorização de cursos e padrões de qualidade. Posteriormente, o Decreto nº 9.057/2017 trouxe inovações importantes, como a ampliação das possibilidades de oferta de cursos a distância no ensino superior e a flexibilização dos polos de apoio presencial, permitindo maior acessibilidade e descentralização do ensino (Mello et al., 2022).

Outro marco relevante na base legal da EaD foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto nº 5.800/2006. Essa iniciativa visou a formação inicial e continuada de professores da educação básica e a expansão do acesso à educação superior em áreas remotas, fortalecendo a inclusão educacional. Conforme Braga e Pereira (2020), a UAB representa uma política pública estratégica para enfrentar desigualdades regionais e promover a formação docente de qualidade.



Além das leis e decretos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também oferece diretrizes pedagógicas que podem ser adaptadas para a educação a distância, reforçando a importância de desenvolver competências relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem. Bersch (2022) argumenta que a inclusão digital e a alfabetização tecnológica são elementos fundamentais para o sucesso da EaD, especialmente no contexto de transformação digital do ensino.

Por fim, durante a pandemia de Covid-19, medidas emergenciais foram implementadas para garantir a continuidade do ensino por meio de modalidades remotas. A Resolução CNE/CP nº 2/2020, do Conselho Nacional de Educação, regulamentou a substituição das aulas presenciais por atividades mediadas por tecnologia, destacando a importância de revisar as bases legais da EaD para enfrentar desafios futuros (Moreira, Godoy e Silva, 2024).

9 A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E O MODELO DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL

A integração da educação a distância (ead) no modelo de educação presencial tem se mostrado uma estratégia eficiente para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ampliar o alcance do conhecimento e atender às demandas educacionais contemporâneas. Essa convergência, conhecida como educação híbrida, combina o melhor dos dois mundos: a interação presencial, característica do ensino tradicional, e a flexibilidade e inovação tecnológica da ead.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (ldb), lei nº 9.394/1996, prevê a utilização de metodologias e tecnologias de ensino a distância como forma de complementar o ensino presencial, desde que regulamentadas e supervisionadas. Segundo Almeida (2021), a ead aplicada no contexto presencial permite que os estudantes tenham acesso a materiais digitais interativos, aulas gravadas, fóruns de discussão e avaliações online, promovendo maior autonomia e personalização do aprendizado.



No ensino superior, o decreto nº 9.057/2017 autorizou as instituições a incorporarem até 40% da carga horária dos cursos presenciais por meio de atividades a distância. Essa flexibilização tem possibilitado a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, como metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista de sua aprendizagem (Mello et al., 2022). Além disso, programas como o prouni e o fies têm estimulado a integração da ead em cursos presenciais, ampliando as oportunidades para estudantes de baixa renda.

A utilização de elementos da ead na educação básica também tem ganhado espaço, especialmente em projetos voltados à inclusão digital e ao uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (tic). De acordo com Braga e Pereira (2020), as escolas têm incorporado plataformas virtuais e recursos multimídia em disciplinas regulares, fortalecendo a interação entre alunos e professores e promovendo a interdisciplinaridade. Essa prática foi intensificada durante a pandemia de covid-19, quando a necessidade de aulas remotas impulsionou a adoção de soluções híbridas em larga escala.

Outro benefício da inserção da ead na educação presencial é a possibilidade de atender às necessidades de formação continuada dos professores. Bersch (2022) destaca que, ao utilizar recursos a distância, os docentes podem participar de cursos de atualização e capacitação sem comprometer suas atividades presenciais, promovendo melhorias significativas na qualidade do ensino.

Entretanto, a implementação da ead na educação presencial enfrenta desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, à formação docente e ao engajamento dos alunos. França, Costa e Santos (2019) alertam que a inclusão digital ainda não alcançou todas as regiões do país, e muitas escolas carecem de equipamentos e conectividade adequados. Além disso, é essencial garantir que os professores estejam preparados para integrar as tic de forma pedagógica e significativa.

10 CONVERGÊNCIA ENTRE EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

A convergência entre educação presencial e a distância reflete uma tendência crescente no campo educacional, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela



necessidade de atender a demandas diversificadas de aprendizagem. Esse modelo híbrido, que combina elementos das duas modalidades, tem como objetivo aproveitar as vantagens de cada uma, promovendo uma experiência educacional mais inclusiva, flexível e inovadora.

No modelo de ensino presencial, a interação direta entre professores e alunos é um dos pilares do processo educativo, favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais e o acompanhamento personalizado do aprendiz. Por outro lado, a educação a distância (EaD) oferece flexibilidade e acesso a um vasto conjunto de recursos digitais, possibilitando que os estudantes aprendam em seu próprio ritmo e superem barreiras geográficas. Segundo Almeida (2021), a combinação dessas modalidades potencializa o aprendizado ao proporcionar um equilíbrio entre interação presencial e autonomia dos estudantes, configurando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico.

A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foi um dos principais catalisadores dessa convergência. Plataformas virtuais, videoconferências e ferramentas de colaboração online tornaram-se elementos comuns em ambientes educacionais híbridos, permitindo a realização de atividades síncronas e assíncronas que complementam as aulas presenciais. Braga e Pereira (2020) apontam que essas tecnologias ampliaram o alcance e a eficácia do ensino, especialmente em contextos de restrições logísticas ou emergenciais, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

A legislação brasileira também reconhece essa convergência. O Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta a educação a distância, permite que até 40% da carga horária dos cursos presenciais no ensino superior seja realizada a distância, proporcionando maior flexibilidade curricular e otimizando os recursos educacionais. Essa regulamentação tem incentivado instituições de ensino a adotarem metodologias híbridas que promovem a personalização do aprendizado e a formação de competências digitais (Mello et al., 2022).

Além disso, a convergência entre educação presencial e a distância tem possibilitado o uso de metodologias ativas, como a sala de aula invertida e o aprendizado baseado em projetos. Essas abordagens colocam o aluno no centro do processo educativo, estimulando a participação ativa e a construção do conhecimento. Bersch (2022) destaca

que a EaD, integrada ao ensino presencial, oferece ferramentas que facilitam a aplicação dessas metodologias, promovendo maior engajamento e resultados educacionais mais consistentes.

Entretanto, a implementação desse modelo híbrido não está isenta de desafios. França, Costa e Santos (2019) ressaltam que a desigualdade de acesso às tecnologias e a falta de infraestrutura em muitas regiões do país podem limitar a eficácia da convergência entre as modalidades. Além disso, é fundamental investir na formação continuada de professores para que estejam aptos a integrar os recursos digitais ao ensino presencial de forma pedagógica e eficiente.

Em síntese, a convergência entre educação presencial e a distância representa uma evolução no sistema educacional, alinhada às demandas da sociedade contemporânea. Quando bem planejada, essa integração tem o potencial de ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação mais acessível, inclusiva e adaptada às necessidades do século XXI.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para a inclusão na educação a distância exercem um papel fundamental na promoção da equidade educacional e na ampliação do acesso ao ensino no Brasil, um país profundamente marcado por disparidades socioeconômicas, culturais e geográficas. Diante de um cenário em que milhões de pessoas ainda enfrentam barreiras para ingressar e permanecer em instituições de ensino presencial, essas políticas tornam-se estratégias indispensáveis para garantir que o direito à educação seja efetivamente universalizado.

Através da formulação e execução de programas que incorporam tecnologias educacionais e fomentam a inclusão digital, o poder público busca criar condições mais justas e acessíveis para o processo de aprendizagem. Tais iniciativas possibilitam que indivíduos residentes em áreas rurais, comunidades isoladas ou regiões com infraestrutura limitada tenham acesso ao conhecimento de forma remota, superando obstáculos físicos e logísticos.

Além disso, essas políticas também contemplam a adaptação dos recursos educacionais às necessidades específicas de diversos grupos, como pessoas com deficiência, adultos em processo de alfabetização e estudantes em situação de vulnerabilidade social. Ao promover a diversidade e a acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem, a educação a distância torna-se um instrumento potente de transformação social, permitindo que um número cada vez maior de cidadãos tenha acesso a oportunidades de formação pessoal, acadêmica e profissional. Apesar dos avanços alcançados, os desafios permanecem significativos.

A falta de infraestrutura tecnológica adequada, as dificuldades na formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias e as barreiras de conectividade em áreas menos favorecidas são questões que ainda precisam ser superadas. Além disso, é fundamental garantir a sustentabilidade e a continuidade das políticas públicas, independentemente de mudanças administrativas, assegurando que os benefícios da educação à distância cheguem a todos os que dela necessitam.

Nesse contexto, o fortalecimento das políticas públicas de inclusão na educação a distância demanda uma abordagem sistêmica e articulada, que transcenda ações pontuais e se materialize por meio de estratégias integradas e sustentáveis. Para que a EAD se consolide como um vetor eficaz de democratização do ensino, é imprescindível que haja investimentos consistentes em infraestrutura tecnológica, assegurando o acesso equitativo a dispositivos, conectividade de qualidade e ambientes virtuais acessíveis a todos os públicos.

Paralelamente, torna-se fundamental o desenvolvimento contínuo de programas de formação e capacitação docente, voltados não apenas para o domínio técnico das ferramentas digitais, mas também para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis à diversidade sociocultural e às especificidades dos sujeitos da aprendizagem. Essa qualificação deve ser acompanhada por mecanismos de apoio institucional que incentivem a inovação e a colaboração no ambiente educacional.

Além disso, a implementação dessas políticas exige um rigoroso processo de avaliação e monitoramento, capaz de identificar impactos, lacunas e possibilidades de aprimoramento. A análise sistemática dos resultados permite a retroalimentação das



práticas e o redirecionamento de ações, promovendo maior eficiência e efetividade nas iniciativas empreendidas.

Somente por meio de esforços coordenados entre diferentes esferas do poder público, instituições de ensino, sociedade civil e setores privados, aliados à valorização da educação a distância como instrumento estratégico de inclusão e justiça social, será possível consolidar um modelo educacional verdadeiramente equitativo, acessível e transformador, capaz de responder aos desafios contemporâneos e de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Tecnologias na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TIC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2021.

BASTOS, E. M. et al. Políticas Públicas Educacionais no Ensino Superior à Distância: uma Revisão Sistemática de Literatura. *EaD em Foco*, v. 14, n. 1, e2306, 2024.

BERSCH, R. Inclusão Digital: Políticas Públicas de Formação para o Uso Pedagógico das TICs. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRAGA, D. S.; PEREIRA, I. A. M. Políticas públicas de formação de professores e educação a distância: um caminho para o cumprimento do PNE? *Educ-s*, v. 14, 2020.

FRANÇA, F. F.; COSTA, M. L. F.; SANTOS, R. O. As novas tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto educacional das políticas públicas: possibilidades de luta e resistência. *ETD Educação Temática Digital*, v. 21, n. 3, p. 645-661, 2019.

LIMA, W. S. R.; VIANA, M. A. P.; MERCADO, L. P. L. 100 Anos da Educação a Distância no Brasil: A contribuição da Ufal para o desenvolvimento do processo formativo em Alagoas. *EaD em Foco*, v. 14, n. 2, p. 1-12, 2024.

MACHADO, M. A. C.; NOBRE, L. M.; BEZERRA, A. A. C. A TV Escola e o Proinfo: trajetórias de políticas públicas de incentivo e gestão das TIC no Brasil. *Revista EDa-PECI*, v. 17, n. 1, p. 9-27, 2017.

MAIESKI, A.; CASAGRANDE, A. L.; ALONSO, K. M. Educação a Distância e Qualidade: Pauta Urgente para as Políticas Públicas na Educação Superior. *EaD em Foco*, v. 14, n. 2, 2024.

MALTA, E.; SCHURSTER, K. Políticas públicas educacionais e o estabelecimento da Universidade Aberta do Brasil. *Educação em Perspectiva*, v. 11, p. 1-14, 2020.

MELLO, S. L. M. et al. Promover a inclusão e a equidade no Ensino Superior: este é o papel da educação a distância no Brasil? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, 2022.

MOREIRA, D. A. A.; GODOY, C. M. T.; SILVA, M. A. R. Políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão digital no Brasil e os desafios do ensino remoto emergencial na pandemia da Covid-19. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 1, jan./mar. 2024.



OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. As políticas públicas estatais e o campo da educação a distância: disputas e perspectivas em torno da qualidade. *Education Policy Analysis Archives*, v. 30, n. 32, p. 1-23, 2022.

PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. *Inclusão Digital: Política Pública de Formação para a Sociedade da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2020.

SANTANA, W. Políticas Públicas de Inclusão Digital no Brasil: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, p. 123-140, 2020.

SILVA, B. D. da; BEHRENS, M. A. *A Formação do Professor como Agente Letrador: Tecnologias Digitais na Educação*. Curitiba: CRV, 2023.